



ENTREVISTA – LEONARDO SECCHI

POR ANA CLÁUDIA DELFINI CAPISTRANO DE OLIVEIRA¹ E CARLOS GOLEMBIEWSKI²



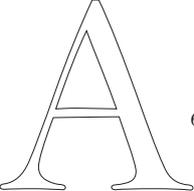
Revista Brasileira
de Tecnologias Sociais

¹ Doutora em Sociologia pela UFSC. Atualmente é professora titular da Universidade do Vale de Itajaí, em Itajaí e Baln. Camboriú, nos cursos de Direito, Relações Internacionais e no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas. Tem experiência na área de História e Sociologia, com ênfase em Sociologia da Infância e Gênero. Coordenadora do projeto de extensão Programa de Formação em Cidadania Infanto-juvenil desde 2004 e do Observatório de políticas públicas desde 2012.

² Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor nos Cursos de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas, Comércio Exterior e Jornalismo, todos na UNIVALI, Itajaí, Santa Catarina. Coordenador do Projeto de Extensão Casulo, UNIVALI.



O professor Leonardo Secchi tem apenas 40 anos. É jovem e cheio de sonhos. Um deles é viver num país melhor. Catarinense de Ibirama, fez Doutorado em Estudos Políticos na Universidade de Milão, na Itália, além de cursos nos Estados Unidos, França e na Espanha. É autor de livros sobre Políticas Públicas e leciona na Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) da UDESC em Florianópolis. Este ano, botou a mão na massa. Foi candidato a deputado Estadual nas eleições de 2014 pelo PSD e fez 8 mil votos. Nesta entrevista conduzida pelos professores Ana Capistrano e Carlos Golembiewski (ambos do PPGPP da UNIVALI), o professor Leonardo Secchi falou do desencanto da sociedade brasileira com os políticos, da crise de representação, da possibilidade de existir “mandatos compartilhados” e da importância do cidadão participar de forma mais ativa da vida pública.



RBTS - Quais são as consequências que se têm hoje devido ao afastamento e à aversão à política e também dos políticos de um modo geral?

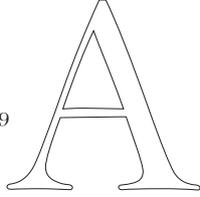
- Bom, eu sou professor de administração pública, trabalho também questões de ciências da política e acompanho bastante essas questões de movimentos. Acho que o principal efeito disso é o enfraquecimento das instituições. Então se a gente for pensar em termos de credibilidade das instituições, tanto Congresso quanto Senado, hoje em dia, em partidos políticos principalmente, as pessoas têm uma aversão muito grande e isso faz com que as políticas públicas não sejam tão levadas a sério. Nós temos muitas políticas públicas sendo criadas e o problema não está na formulação, mas na implementação dessa política pública, porque quando as pessoas não acreditam mais em seus políticos elas perdem, digamos assim, a sua capacidade de obediência, o seu senso cívico, há uma falta de respeito com as instituições e com os nossos representantes. Então, esse reboliço está muito forte na sociedade e esperamos que eles deem conta disso nas urnas também.

RBTS- Existe a ideia de que as pessoas também precisam fazer mais a sua parte, pois não é somente votar, o povo também tem uma corresponsabilidade, certo?

- Sem dúvidas. Nós estamos em uma época de governança e de redes, em que o estado perde um pouco a sua centralidade do ponto de vista de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e passa a compartilhar esse papel com fatores da sociedade civil, que são as empresas, as igrejas, os sindicatos, enfim, todas as organizações, mesmo que informais, que tenham um papel relevante na formação de política pública. Essa é uma tendência muito forte, a participação social nas políticas públicas e até a própria mudança do conceito de política pública, não sendo só uma política pública estatal, mas sim no sentido de interesse coletivo.

RBTS- O que isso acarreta de problemas? A gente vai ter sempre uma política pública incerta nesse país? Ou já conseguimos avançar, para termos não somente uma formulação, mas também uma implementação, e termos de fato uma política pública de verdade?

- Bom, a primeira questão é de que as políticas públicas devem ter menos (como a gente observa nos países anglo-saxônicos) apego legal de políticas públicas, e mais um apego de fazer política pública. No Brasil, e nos países latino-americanos, existe quase que um sinônimo entre política pública e lei, e isso é muito prejudicial, do ponto de vista de que os instrumentos de políticas públicas são múltiplos, existem leis, existem incentivos, existem campanhas e todos os tipos de instrumentos que podemos criar. A gente sempre pensa em política pública como lei, e nem sempre uma lei é a melhor forma de fazer uma ação na sociedade, então isso reveste a sociedade no papel de fazer política pública no enfrentamento de uma catástrofe, no enfrentamento de problemas crônicos da economia, na questão do empreendedorismo, e fazer com que a sociedade também tome sua parte no fazer política pública. A questão que você falou trata da cultura cívica, que o Brasil como um país em amadurecimento democrático tem que cada vez mais pensar na sociedade civil não apenas como um receptáculo de política pública que espera o papai mandar, mas também assumir a sua própria responsabilidade no sentido de fazer política pública e implementar as políticas públicas possíveis, e fazer pressão nos governantes para que não façam tantas legislações absurdas. Pegando o exemplo da legislação criada para a parada obrigatória dos caminhoneiros. Foi criada uma política pública nacional, onde os caminhoneiros podem dirigir seis horas e, depois são obrigados a parar e a descansarem tantas horas, quando não existe a mínima estrutura viária para eles parar e estacionar. Ou seja, é uma política pública que no papel está lá funcionando, bonitinha, no país das maravilhas ela funcionaria, mas dentro da situação atual do Brasil, dentro



do gargalo logístico que existe no país e todos os incentivos contrários a esse tipo de política pública, ela só vai ficar no papel. Então, quem analisa a política pública se pergunta: isso é culpa do caminhoneiro que não está fazendo direito, e que deveria obedecer a lei, ou é culpa do legislador? Eu tenho uma séria impressão que é culpa do legislador também, que faz algo simbólico, já sabendo que aquilo não vai dar certo, faz para agradar setores, e não pensando numa política pública um pouco mais implementável.

RBTS- No ano passado nós tivemos toda aquela revolta, as pessoas foram para as ruas, houve manifestações. Isso mostra que a gente amadureceu? O que falta para o brasileiro pressionar de forma mais efetiva e não simplesmente votar?

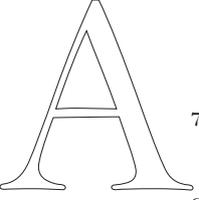
- Acho que os movimentos do ano passado trazem dois aspectos bem importantes: um deles é a crise de representatividade, que trata da questão da falta de apreço das pessoas aos nossos representantes políticos, e o outro é a questão da crise de responsabilidade da administração pública, ou seja, a incapacidade do governo de dar respostas nas várias áreas. Começou com o movimento passe-livre, mas podemos puxar para a questão do transporte urbano, da saúde, da educação, enfim, a qualidade de serviços públicos é muito baixa frente ao quanto a gente paga de impostos. A população como um todo está muito descontente com relação a isso, e é como uma panela de pressão, chega uma hora que começa a chiar. Mas concordo que a população deveria fazer mais do que isso, deveria fazer mais do que só ir para a rua reclamar, mas fazer a sua parte também do ponto de vista eleitoral, do ponto de vista de ação prática, de fazer com que a ação política, tanto da sociedade como governo, sejam mais condizentes com isso. Ou seja, pressionar os governantes para que eles realmente respondam a isso e não façam novas políticas simbólicas, que mais uma vez fingem escutar as ruas, mas que não passam de um placebo para acalmar um pouquinho o ânimo das pessoas.

RBTS- E como poderia acontecer a participação do povo?

- Eu acho que a primeira participação pode ser entrar em um partido político, arregaçar as mangas e fazer a diferença lá dentro. A gente tem socialmente uma visão muito negativa dos partidos políticos, com toda razão, mas é exatamente porque as pessoas que deveriam fazer parte da política não fazem. Que bom seria se cidadãos comuns, que talvez não são políticos tradicionais, entrassem na política e comessem a fazer política, dominassem as estruturas partidárias para que depois, quando chegassem ao governo, fossem mais condizentes com os anseios da população. Essa é uma das atitudes, mas também há associações de bairro, participar de atividades em igrejas, nas associações empresariais, enfim, em todos os círculos que fazem política pública não governamental, fazer parte, se doar um pouco. É muito fácil ficar falando mal do governante e mal das instituições, quando a pessoa não tem a mínima vontade de sair de casa, de gastar uma hora por semana, uma quarta-feira, para prestar um serviço cívico, seja numa organização não governamental, seja numa ação voluntária.

RBTS - Qual é a sua opinião a respeito dos conselhos municipais e como qualificar esses conselhos?

- Bom, como conselho e instrumento ele é bom, o problema é a forma como se utiliza o conselho. Desde a constituição de 88, os conselhos vêm se proliferando, a gente percebe que esse é um avanço muito grande, até reconhecido internacionalmente. O Brasil é um país que teve um choque com a ditadura e reagiu com a criação dos conselhos, com conferências nacionais, assim por diante. Agora, tem que sempre cuidar com a questão de um conselho ser usado como forma



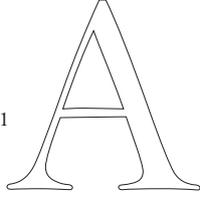
de política simbólica de novo, se você cria um conselho só para fazer de conta, e envolve as pessoas que participam, e depois a decisão tomada ali não tem nenhuma efetividade, as pessoas, depois de um ano, se dão conta que fizeram papel de trouxa, aí elas não voltam a participar. Acho que o maior incentivo para os conselhos se espalharem é que aquilo que for decidido nos conselhos venha a ser utilizado pela administração pública, e não apenas reuniões depois de reuniões, e depois é apenas um conselho para receber verbas de repasse federal, que acaba saindo atrás de conselheiros coletando assinaturas apenas para constar na ata, pra fazer de conta que a decisão foi coletiva, então realmente fazer com que o conselho seja de verdade, e isso não tem fórmula mágica, tem todo um processo de amadurecimento da sociedade se formos olhar, daqui a 20 anos vai ser natural que tenham mais pessoas escolarizadas, mais pessoas com vontade de participar, do que há 20 anos. Acho que faz parte do amadurecimento democrático brasileiro, retroceder seria contra a tendência da administração pública como um modelo de gestão e cada vez mais a porosidade entre as fronteiras, estados e sociedades tem que acontecer e os conselhos são uma das formas de fazer isso, mas existem outras mil formas de fazer com que a sociedade esteja mais próxima dos governantes.

- Sobre a questão de fazer co-deputados, como funciona? É uma nova política?

- Do ponto de vista analítico, é uma tendência que acontece e vai acelerar cada vez mais. Como nós estávamos falando dos conselhos, é uma forma de porosidade entre a sociedade e o poder executivo, ou seja, para formar uma política pública de aconselhamento ao executivo. Esses esquemas de mandato compartilhado estão proliferando pelo mundo afora, e a porosidade entre o legislador e a sociedade nada mais é do que um passo natural que a sociedade vai dar, uma aproximação real e um controle social sobre o parlamentar. A chave é essa, as pessoas não elegerem um deputado ou um senador que fique quatro ou oito anos distante dessa pessoa, no sentido de que ela vote de acordo com o que ela acha bom. Mas sim fazer com que esse deputado e senador sejam obedientes às vontades das pessoas que o elegeram, como, por exemplo, a eleição do presidente do senado, que é uma pessoa que 80% da população não gosta, mas que os nossos senadores votaram em maioria. Aquele presidente do senado não deveria estar lá, então, existe um contrassenso, as pessoas que estão lá não falam a língua das pessoas que estão na base. O que a sociedade clama é isso, que os deputados sejam realmente controlados através de esquemas participativos e de inserção das pessoas nos mandatos.

- Em um debate recente, estávamos falando que nesses últimos 12 anos o PT teve muitos acertos, melhorou renda, fez várias coisas. Foi uma sequência do governo anterior, mas agora também tem esse legado de corrupção que é triste. O ciclo do Partido dos Trabalhadores encerrou agora, ou você acha que continua e tem mais o que fazer pela nação?

- Acho que todos os governos que passaram, seja o Fernando Henrique, seja do governo do PT, tiveram um importante papel ao longo dos últimos anos na política econômica, na política social. Agora, chega um ponto em que a sociedade, e no ano passado mostrou isso muito fortemente, ela clama por mudança, ela clama por realmente mudar as estruturas de poder. Está muito forte na sociedade a maior urgência, e as pessoas não conseguem nem expressar isso: é a reforma política, as pessoas querem a reforma política, a forma de fazer política, mas aí elas vão lá e atacam a questão do passe, da fila do ônibus, mas na verdade isso são todos sintomas de um sistema político que se esgotou. Então, uma agenda séria de reforma política que, em primeiro lugar, quebre o monopólio dos partidos políticos, que permita candidaturas cívicas, a questão do número exagerado de partidos, o modelo de financiamento também que é totalmente clientelista e usurpador da autonomia parlamentar. Todos esses elementos são essenciais, temos que ver



quem são realmente as forças de política pública, tem que se fazer uma análise mais neutra. Quais são as forças políticas que estão se propondo a fazer uma reforma política de verdade? Quais forças políticas querem a manutenção da situação atual? E quais querem uma reforma política de verdade? Porque, desde 1995, a gente fala de reforma política e já faz 19 anos que se fala, mas ninguém consegue fazer. Talvez seja a hora de pensar seriamente na política que nós chamamos de constitutiva, que estão acima das políticas regulatórias, distributivas e redistributivas. Essas metapolíticas são as que hoje, realmente, nós precisamos, porque a estrutura da casa tem que ser mudada e não apenas cortinas, as mesas, e o enfeite da casa.

- O que você acha das campanhas que pregam o voto local. Itajaí até tem um slogan que diz: “Vote no Político Daqui”. Isso também passa pela reforma política?

- Quanto a isso eu tenho uma posição um pouco crítica, porque se a gente for pensar em política territorial, nós estamos pensando em uma relação do político com o território, ele é um representante daquele território. Enquanto que política pública em um sentido mais amplo, de interesse difuso, deveria ser aquela política pública realmente feita para todo o estado de Santa Catarina ou para todo o Brasil. Por exemplo, se formos pensar na questão do pré-sal: porque o deputado federal do Rio de Janeiro fica defendendo os *royalties* do pré-sal para o RJ? E a mesma coisa no Espírito Santo. Então, o que é interesse coletivo? É a manutenção do pré-sal pra aquela região? As vezes, a política territorial é muito prejudicial para o interesse coletivo, porque trava o parlamento, isso é clientelismo local, imagina se o vereador só fosse vereador de bairro? O que ia acontecer? Só obrinhas pessoais para o bairro, e não ia ter grandes anéis viários, não ia se lutar por distritos industriais, ou seja, o foco do parlamentar não seria a política geral de longo prazo, que estende o benefício para todos, mas apenas uma solução mais local. Acho que a forma correta para isso é o voto distrital misto, que colocaria uma parte das cadeiras seria para representantes locais, territoriais, como chamamos, e outra parcela para deputados gerais, ficaria mais equilibrado. Hoje a gente vive praticamente em um sistema distrital, porque se a gente for ver as nossas representações são todas locais (Itajaí, Lages, Xanxerê). Então, se você colocar uma legislação que crie mais oportunidades para deputados ou mesmo representatividade política geral, acredito que teríamos um avanço.

- E qual a sua opinião sobre as cotas das mulheres na política?

- As cotas do ponto de vista impositivo, eu vejo com um pouco de complicação. Mais ou menos aquela legislação que talvez seja irreal com relação ao que é a sociedade. Acho que hoje já existem as cotas de candidaturas, aí realmente é bacana você estimular as mulheres a participarem da política, mas do ponto de vista da meritocracia, talvez algumas pessoas tenham mais traquejo no representar. Mas daí você forçar a representatividade, eu acredito que seja um pouco parecido com o caso dos motoristas de caminhão. Você força uma legislação numa sociedade que ainda não tem preparo para isso. Não se pode forçar a atitude de uma pessoa, isso vem com o amadurecimento da sociedade, da cultura cívica. Quando a sociedade vai amadurecendo de forma bacana na política, mais e mais pessoas vão participando, homens e mulheres, e que bom que mais pessoas participem.